

Especial

Ventania no Rio e em São Paulo amplia prejuízos

PÁGINA 5

SEGUNDO TRIMESTRE

Vale registra lucro líquido atribuível de US\$ 1,375 bi

A Vale apresentou lucro líquido atribuível de US\$ 1,375 bilhão no segundo trimestre deste ano, recuo de 35% ante igual período de 2025. Na comparação trimestral, a companhia teve lucro 27% menor. O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) pro forma ficou em US\$ 4,066 bilhões, avanço de 19% ante igual período de 2025 e alta de 4% na comparação trimestral. A receita líquida no segundo trimestre de 2026 somou US\$ 10,498 bilhões, alta de 19% ante igual período de 2025 e aumento de 13% na comparação trimestral. "Entregamos resultados sólidos na comparação anual em todos os negócios", disse o presidente da empresa, Gustavo Pimenta, em nota. [PÁGINA 3](#)

Rio

Mais de 200 mil continuam sem energia após vendaval

Cerca de 279 mil clientes da concessionária de energia Light ainda continuavam sem fornecimento de energia nesta quinta-feira, depois do vendaval que atingiu a Região Metropolitana do Rio de Janeiro na última quarta-feira. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) monitora a situação. Entre os principais bairros atingidos na capital estão Campo Grande, Bangu, Anchieta, Tijuca, Catumbi, Jacarepaguá, Santa Cruz e Recreio. Já na Baixada Fluminense, os municípios com trechos mais afetados são Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Segundo a empresa, em diversos pontos, a extensão dos danos exige a reconstrução de trechos da rede elétrica, tornando o trabalho de restabelecimento mais complexo. [PÁGINA 5](#)

JUNHO

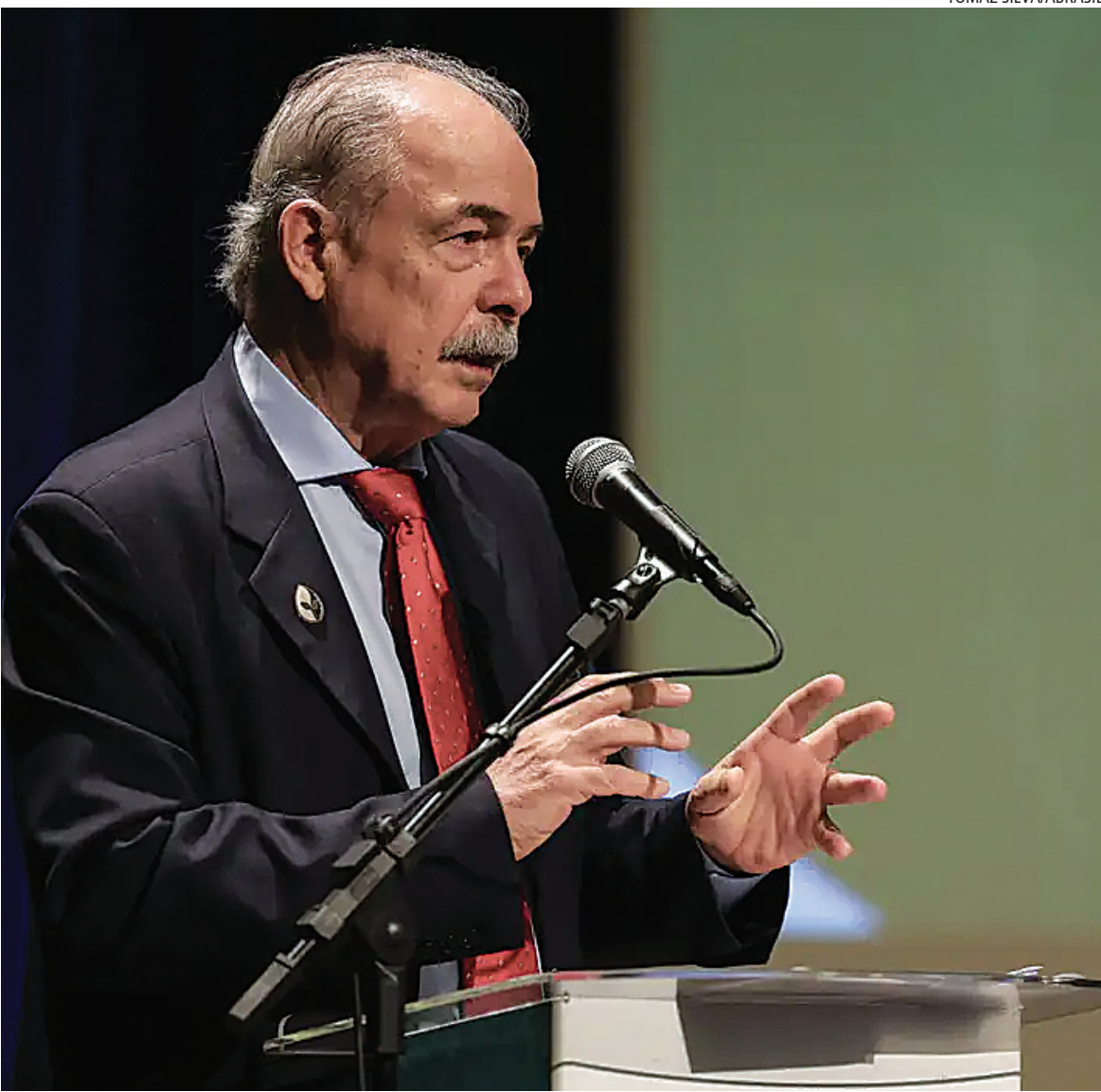
Governo Central tem déficit primário de R\$ 48,178 bilhões

As contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) tiveram déficit primário de R\$ 48,178 bilhões em junho, após um resultado negativo de R\$ 53,257 bilhões em maio, informou o Tesouro nesta quinta-feira. O déficit de junho superou a mediana da pesquisa Projeções Broadcast, que apontava para um resultado negativo de R\$ 47,20 bilhões. As estimativas do mercado, todas de déficit, variavam de R\$ 50,155 bilhões a R\$ 39,0 bilhões. O déficit primário

do mês passado foi maior do que o registrado em junho de 2025, quando o saldo nas contas do governo central foi negativo em R\$ 44,216 bilhões. Esse foi o pior resultado para meses de junho desde 2023, quando houve déficit de R\$ 51,640 bilhões. As despesas do governo central cresceram 9% em junho, na comparação com o mesmo mês de 2025, já contabilizando a inflação do período. As receitas totais tiveram alta real de 10,2%, na mesma base de comparação. [PÁGINA 2](#)

FINANCIAMENTO

BNDES libera R\$ 13,2 bilhões para aéreas



TOMAZ SILVA/ABRASIL

O presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante (**foto**), anunciou nesta quinta-feira, a liberação de R\$ 13,2 bilhões para as três maiores companhias aéreas brasileiras e a regional Abaeté, sendo R\$ 8 bilhões em capital de giro. A taxa de financiamento será de 4% ao ano, disse o executivo. "Estamos dando linhas de crédito para aéreas atravessarem guerra no Irã", disse Mercadante, destacando que, ao contrário da maioria das suas concorrentes internacionais, as empresas aéreas brasileiras não receberam aportes governamentais. "Foram US\$ 204 bilhões que, de alguma forma, os concorrentes das empresas aéreas brasileiras receberam dos seus países", afirmou. Segundo o executivo, a Gol, a Latam e a Azul receberão financiamento de R\$ 2,6 bilhões, enquanto a Abaeté Táxi Aéreo terá R\$ 8 milhões. "Agora vivemos um momento de expansão dos voos, o turismo no Brasil está apresentando resultados extraordinários", disse Mercadante, elogiando a decisão das grandes companhias de adquirir, pela primeira vez - com exceção da Azul -, aviões da brasileira Embraer. BNDES divulgou ontem, as condições de financiamento para minimizar o impacto da alta do petróleo para as companhias aéreas, diante de um conflito sem prazo para ser encerrado no Oriente Médio. [PÁGINA 2](#)

TCU



Tribunal encontra irregularidades em 82% das emendas Pix

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) revelou um amplo conjunto de irregularidades na execução de recursos provenientes das chamadas emendas Pix. O levantamento, que analisou uma amostra de 100 transferências especiais realizadas entre 2020 e 2024, apontou problemas em 82% dos repasses fiscalizados e em 82,4% dos entes beneficiados, resultando em um prejuízo estimado de R\$ 49.074.851,75 aos cofres públicos. A fiscalização foi realizada por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino (**foto**), relator das ações que discutem a constitucionalidade e a transparência das emendas parlamentares. O relatório do TCU será encaminhado ao magistrado para subsidiar as análises em andamento na Corte. [PÁGINA 6](#)

INDICADORES															
IBOVESPA -1,52% / 173.885,34 / -2.679,41 / Volume: 7.338.720.000 / Negócios: 2.748.870								Bolsas no mundo				Salário mínimo		IGP-M	
Mais Negociados								Fechamento				Ufir-RJ		IPCA	
Preço				Preço				Dow Jones				Taxa Selic		CDI	
%				%				51.594,14				(17/06)		(17/06)	
Oscil.				Oscil.				-2,19				TR		OURO	
B3SA3				TOKY3				7.316,15				(30/07)		BM&F/grama/RJ	
15,32	-4,25	-0,68		0,290	-21,62	-0,080		26.616,8	-1,52	0,1711%		R\$ 656,03		EURO Comercial	
ABEV3	15,90	-1,24	-0,20	0,300	-21,05	-0,080		8.408,27	-0,60	0,6738%		Compra: 5,8471		Venda: 5,8477	
PETR4	42,00	+1,92	+0,79	0,690	-13,75	-0,110		10.908,41	+0,34						
SBSF3	26,61	5,87	-1,66	0,35	-12,50	-0,05									
COGN3	2,19	+1,39	+0,03	1,72	-12,24	-0,24									
AZEV4F	D1,55	+16,54	+0,22	TOKY3F	0,300	-21,05	-0,080								
FSRF11F	0,08	+14,29	+0,01	TOKY3F	0,300	-21,05	-0,080								
FSPE11F	0,26	+13,04	+0,03	ENIU3F	0,690	-13,75	-0,110								
AZEV4	1,50	+11,94	+0,16	OIBRAF	0,35	-12,50	-0,05								
AZEV3F	3,12	+11,43	+0,32	NORD3	1,72	-12,24	-0,24								

MERCADOS

Bovespa devolve queda pós-Fed e volta aos 177 mil pontos

DENISE ABARCA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta firme ontem, mais que devolvendo a queda de quarta-feira, embalada pela melhora geral do sentimento de risco nos mercados globais, de volta aos 177 mil pontos. Os relatos nas mesas de renda variável foram de retomada do fluxo de compras de estrangeiros, o que favoreceu as blue chips e também ajudou a fortalecer o real.

O apetite ao risco não só enfraqueceu o dólar ante as demais moedas, como também estimulou o avanço das ações na Europa e em Nova York, animando a Bolsa por aqui. O Dow Jones encerrou com alta de 1,19%, o S&P 500 teve valorização de 1,67% e o Nasdaq, de 2,78%.

Ao mesmo tempo, no Brasil, o mercado vai ampliando as apostas de queda da Selic a partir de dados de inflação mais benignos, o que respalda ganhos principalmente das ações cíclicas, que ontem figuravam na lista das maiores altas, entre elas Cogna ON (+5,48%), Magalu ON (+5,46%) e Cury ON (+5,37%).

Na esteira do IPCA-15 de julho na terça-feira, ontem o mercado teve outra boa notícia da inflação, com a queda de 1,16% do IGP-M de julho, mais intensa do que apontava a mediana da pesquisa Projeções Broadcast (-1,03%).

Merece destaque o desempenho dos bancos, que ontem tinham respondido pela maior parte das perdas do índice, puxadas pelo tombo de mais de 7% das Units do Santander. Itaú Unibanco PN subiu 2,20%

e BB ON, +1,97%.

Os papéis relacionados a commodities avançaram e ajudaram a garantir a trajetória positiva da Bolsa. Petrobras ON e PN fecharam em alta de 2,19% e 2,00%, descoladas da queda dos preços do petróleo, em razão não somente do fluxo externo, mas também pela perspectiva favorável de que o reservatório do campo de Morpho, na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial, seja alcançado nas primeiras semanas de agosto.

Vale ON subiu 1,39%, tendo superado ao longo da sessão a queda dos preços do minério de ferro e a influência negativa do balanço da Rio Tinto. A empresa divulga balanço hoje após o fechamento do mercado.

O Ibovespa encerrou em alta de 1,88%, aos 177.158,86 pontos, na máxima. Na mínima, marcou 173.885 pontos, estável. Na semana, acumula avanço de 1,79% e, em julho, de 2,98%. Em 2026, o índice sobe 9,95%. O giro financeiro da Bolsa hoje foi de R\$ 22,7 bilhões.

DÓLAR

O dólar à vista fechou em queda de 0,93%, a R\$ 5,0611 (mínima da sessão), acompanhando a perda de força da moeda americana globalmente. Às 17h, o dólar futuro para agosto cedia 1,07%, a R\$ 5,066, enquanto o índice DXY, que mede a divisa americana contra seis pares fortes, recuava 0,93% - pressionado principalmente pela valorização do iene. A moeda japonesa ganha força diante de possível intervenção cambial e antes da decisão de política monetária do Banco do Japão (BoJ).

FOZ DO AMAZONAS

Petrobras deve concluir perfuração de primeiro poço em agosto

DENISE LUNA/AE

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, disse ao **Estadão** que a expectativa para o fim da exploração no poço de Morpho, na bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial brasileira, é para o mês de agosto, mas pode ser que dure até a primeira semana de setembro. "Mas não vamos entrar em outubro", disse.

Segundo a executiva, a exploração de um campo pioneiro em uma área pouco conhecida, como a Margem Equatorial, tem de ser feita com cautela e não há pressa para concluir a operação, apesar da expectativa em torno dos primeiros indícios de petróleo na região.

"A data máxima que eu tenho é agosto. Existe, sim, a possibilidade de entrar na primeira semana de setembro, mas não há nada que diga que vai ser prorrogado para outubro", afirmou Magda.

Ela ressaltou que é normal a demora nas primeiras descobertas. Na bacia de Campos, que sustentou por anos a produção da Petrobras no pós-sal,

foram nove poços perfurados até a primeira descoberta, e o campo Fazenda Pocinha, no Rio Grande do Norte, teve 55 perfurações na bacia Potiguar antes de encontrar óleo. "A gente não está com nenhuma pressa, mas minha expectativa é que acabe em agosto", explicou.

FALTAM 500 METROS

Na quarta-feira passada, durante o Sergipe Óleo e Gás 2026, a diretora de Exploração e Produção da Petrobras, Sylvia Anjos, afirmou que a estatal deve atingir o reservatório do campo de Morpho nas primeiras semanas de agosto. Segundo ela, faltam 500 metros para a sonda ODN II atingir o objetivo.

Desde o início da exploração, a estatal vem evitando cravar uma data para o fim dos trabalhos, por se tratar de um poço pioneiro em uma área desconhecida, que pode, inclusive, não resultar em descobertas. A empresa tem operado com cautela no local, como informou ao **Estadão** a diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Renata Baruzzi, em meados de julho.

JUNHO

Governo Central tem déficit primário de R\$ 48,178 bilhões

MATEUS MAIA E FLÁVIA SAID/AE

As contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) tiveram déficit primário de R\$ 48,178 bilhões em junho, após um resultado negativo de R\$ 53,257 bilhões em maio, informou o Tesouro nesta quinta-feira.

O déficit de junho superou a mediana da pesquisa Projeções Broadcast, que apontava para um resultado negativo de R\$ 47,20 bilhões. As estimativas do mercado, todas de déficit, variavam de R\$ 50,155 bilhões a R\$ 39,0 bilhões.

O déficit primário do mês passado foi maior do que o re-

gistrado em junho de 2025, quando o saldo nas contas do governo central foi negativo em R\$ 44,216 bilhões. Esse foi o pior resultado para meses de junho desde 2023, quando houve déficit de R\$ 51,640 bilhões.

As despesas do governo central cresceram 9% em junho, na comparação com o mesmo mês de 2025, já contabilizando a inflação do período. As receitas totais tiveram alta real de 10,2%, na mesma base de comparação.

No mês passado, a arrecadação do governo com impostos e contribuições federais somou R\$ 264,437 bilhões, o maior resultado para meses de junho desde 2000, segundo dados da

Receita Federal.

ACUMULADO

O governo central tem déficit primário de R\$ 92,227 bilhões no acumulado até junho de 2026. No mesmo período de 2025, o resultado era negativo em R\$ 11,277 bilhões, sem correção pelo IPCA. As despesas tiveram alta real de 12,3% na soma do ano, enquanto as receitas totais subiram 5,2% acima da inflação. O déficit do governo central no acumulado do ano é o pior desde 2020.

No acumulado de 12 meses até junho, o déficit primário do governo central soma R\$ 144,1 bilhões, o equivalente a 1,08% do Produto Interno Bruto (PIB).

As despesas obrigatórias somam 17,76% do PIB, e as discricionárias, 1,89%.

A meta fiscal de 2026 é de superávit primário de 0,25% do PIB, com tolerância de 0,25 ponto porcentual para mais ou para menos.

No Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do terceiro bimestre, o governo aumentou a estimativa de superávit primário de 2026, já considerando as exceções para o cumprimento da meta, de R\$ 4,1 bilhões, estimado no segundo relatório, para R\$ 10,8 bilhões. Ao deduzir R\$ 62,8 bilhões de exceções, o resultado esperado para o ano é negativo em R\$ 52 bilhões.

BNDES

Mercadante anuncia R\$ 13,2 bi para aéreas; R\$ 8 bi para capital de giro

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



DENISE LUNA/AE

O presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, anunciou nesta quinta-feira, 30, a liberação de R\$ 13,2 bilhões para as três maiores companhias aéreas brasileiras e a regional Abaeté, sendo R\$ 8 bilhões em capital de giro. A taxa de financiamento será de 4% ao ano, disse o executivo.

"Estamos dando linhas de crédito para aéreas atravessarem guerra no Irã", disse Mercadante, destacando que, ao contrário da maioria das suas concorrentes internacionais, as empresas aéreas brasileiras não receberam aportes governamentais. "Foram US\$ 204 bilhões que, de alguma forma, os concorrentes das empresas aéreas brasileiras receberam dos seus países", afirmou.

Segundo o executivo, a Gol, a Latam e a Azul receberão financiamento de R\$ 2,6 bilhões, enquanto a Abaeté Táxi Aéreo terá R\$ 8 milhões. "Agora vivemos um momento de expansão dos voos, o turismo no Brasil está apresentando resultados extraordinários", disse Mercadante, elogiando a decisão das grandes companhias de adquirir, pela primeira vez - com exceção da Azul -, aviões da brasileira Embraer.

IMPACTO DA GUERRA

BNDES divulgou ontem, as condições de financiamento pa-

ra minimizar o impacto da alta do petróleo para as companhias aéreas, diante de um conflito sem prazo para ser encerrado no Oriente Médio.

Segundo o presidente do banco, Aloizio Mercadante, R\$ 8 bilhões estão aprovados para capital de giro dessas empresas, com taxa de 4% ao ano e 60 meses para pagar.

Outros R\$ 5 bilhões serão disponibilizados para outras funções, como aquisição de querosene de aviação sustentável (SAF), com taxa de 6,5% ao ano; manutenção, aquisição de aeronaves, e pagamentos pré-entrega (PDP, na sigla em inglês) com

taxas de 7,5% ao ano; e infraestrutura e equipamentos de apoio, com taxa de 7% ao ano.

Os prazos variam entre as categorias, mas no caso de aquisição de aeronaves o financiamento pode atingir até 144 meses.

IMPACTO DA GUERRA

BNDES divulgou ontem, as condições de financiamento para minimizar o impacto da alta do petróleo para as companhias aéreas, diante de um conflito sem prazo para ser encerrado no Oriente Médio.

Segundo o presidente do banco, Aloizio Mercadante, R\$ 8 bilhões estão aprovados para

capital de giro dessas empresas, com taxa de 4% ao ano e 60 meses para pagar.

Outros R\$ 5 bilhões serão disponibilizados para outras funções, como aquisição de querosene de aviação sustentável (SAF), com taxa de 6,5% ao ano; manutenção, aquisição de aeronaves, e pagamentos pré-entrega (PDP, na sigla em inglês) com taxas de 7,5% ao ano; e infraestrutura e equipamentos de apoio, com taxa de 7% ao ano.

Os prazos variam entre as categorias, mas no caso de aquisição de aeronaves o financiamento pode atingir até 144 meses.

PORTO DE SANTOS

Editais do leilão do Tecon 10 sai este ano, mas certame só em 2027

DENISE LUNA/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, descartou qualquer chance de realizar este ano o leilão do Terminal de Containers 10 (Tecon 10), no Porto de Santos, afir-

mando que a previsão é de que pelo menos o edital do certame saia ainda em 2026, para que o leilão seja realizado no ano que vem.

"Em um processo como este, devemos ter um edital em 60 a 90 dias, mas provavelmente

o leilão deve acontecer nos primeiros meses de 2027", disse Franca durante coletiva de imprensa no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre financiamentos para companhias aéreas.

A concessão do terminal tem enfrentado obstáculos por conta da elaboração das regras da venda, que envolvem o impasse regulatório sobre a concentração de mercado, a participação de grandes armadores e o risco de judicialização.



SEGUNDO TRIMESTRE

Vale tem lucro líquido atribuível de US\$ 1,375 bi

JULIANA GARÇON
E TALITA NASCIMENTO/AE

Vale apresentou lucro líquido atribuível de US\$ 1,375 bilhão no segundo trimestre deste ano, recuo de 35% ante igual período de 2025. Na comparação trimestral, a companhia teve lucro 27% menor.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) proforma ficou em US\$ 4,066 bilhões, avanço de 19% ante igual período de 2025 e alta de 4% na comparação trimestral

A receita líquida no segundo trimestre de 2026 somou US\$ 10,498 bilhões, alta de 19% ante

igual período de 2025 e aumento de 13% na comparação trimestral.

"Entregamos resultados sólidos na comparação anual em todos os negócios, com o minério de ferro atingindo sua maior produção para um segundo trimestre desde 2018 e o cobre seu melhor segundo trimestre em nove anos", disse o presidente

da empresa, Gustavo Pimenta, em nota. "Nossa forte geração de Ebitda e fluxo de caixa demonstra a força e a resiliência da Vale em um ambiente global dinâmico, sustentadas pela alta qualidade dos nossos ativos e por nosso compromisso contínuo com excelência operacional e eficiência."

BALANÇO

Multiplan tem lucro líquido de R\$ 427,4 milhões no 2º trimestre

CIRCE BONATELLI/AE

A Multiplan - dona de uma rede com 20 shopping centers - teve lucro líquido de R\$ 427,4 milhões no segundo trimestre de 2026, alta de 61,7% ante o mesmo período de 2025, conforme balanço publicado ontem. O lucro foi o terceiro maior da história da companhia.

A Multiplan reportou expansão do faturamento das suas principais fontes, como locação de lojas, estacionamento e serviços, além de despesas.

Mas o que turbinou, de fato, o balanço foi um ganho de R\$ 253,0 milhões em créditos de PIS/Cofins. A companhia já havia anunciado, em maio, uma revisão da metodologia de reconhecimento de créditos relacionados às contribuições de PIS/Cofins com base na lei 11.488/2007. A partir dos novos cálculos, a empresa identificou esse valor em créditos a serem apropriados - justamente o que foi computado no segundo trimestre.

"Essas oportunidades não são ganhos inesperados isolados, mas o resultado natural de uma cultura de gestão disciplinada, voltada à busca por eficiência e que cria valor de forma consistente", afirmou a administração, no documento de apresentação dos resultados.

O Ebitda (lucro antes dos ju-

ros, impostos, depreciação e amortização) somou R\$ 699,2 milhões, expansão de 52% na mesma base de comparação anual. A margem Ebitda foi a 82,6%, alta de 16 pontos percentuais.

O FFO (lucro líquido excluindo depreciação, amortização e efeitos não caixa) chegou a R\$ 515,7 milhões no trimestre, crescimento de 76,3%, enquanto a margem FFO atingiu 60,9%, melhora de 18,9 pontos percentuais.

A receita líquida no trimestre totalizou R\$ 846,8 milhões, alta de 22%.

A receita com locação de espaços nos shoppings no trimestre cresceu 3,2%, para R\$ 441,3 milhões, impulsionada pelas expansões de shoppings inauguradas recentemente (Maceió, Morumbi e BH), além da aquisição de uma participação adicional no Barra Shopping.

A receita de estacionamentos aumentou 17%, chegando a R\$ 98,7 milhões. A Multiplan reportou um aumento de 3,5% no fluxo de veículos, além de reajustes nas tarifas de estacionamento.

A receita de serviços teve alta de 19,3%, para R\$ 51,2 milhões, puxadas por taxas de administração e maiores taxas de corretagem.

O faturamento com venda de imóveis caiu 78%, para R\$ 37,7 milhões, devido a uma base de comparação mais forte. O

balanço do mesmo período do ano passado teve a receita turbinada pela venda de um terreno em Ribeirão Preto e pela venda de apartamentos do projeto Golden Lake, cujo faturamento oscila em função da comercialização e do andamento das obras.

As despesas de propriedades (soma das despesas de shopping center e torres corporativas) totalizaram R\$ 22,6 milhões no segundo trimestre, uma queda de 13,9% na comparação anual, graças a menores provisões para aluguéis e menores despesas relacionadas a espaços vagos.

Já as despesas de sede somaram R\$ 58,6 milhões, alta de 13,9%.

O resultado financeiro (soma de receitas e despesas com juros) gerou uma despesa líquida de R\$ 124,9 milhões, montante 7,3% menor do que um ano antes.

A Multiplan encerrou o tri-

mestre com dívida líquida de R\$ 4,5 bilhões, e alavancagem de 1,93 vez, ante 2,27 vezes um ano antes

OPERACIONAL

As vendas totais dos lojistas dos shoppings da Multiplan aumentaram 7,7% no segundo trimestre de 2026 em relação ao mesmo período de 2025, chegando a R\$ 6,7 bilhões.

As vendas no critério mesmas lojas (abertas há mais de 12 meses) no trimestre aumentaram 4,3% na mesma base de comparação anual.

Os aluguéis nas mesmas lojas tiveram alta de 4,1%.

A ocupação média dos shoppings teve alta de 0,1 ponto percentual na comparação anual, para 96,2%.

A inadimplência líquida dos lojistas ficou negativa em 1,2%. Isso aconteceu quando os pagamentos e as recuperações de valores antigos superaram os novos atrasos no período.

Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol

Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 47.589.413/0001-17

Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Vasco da Gama Sociedade Anônima do Futebol – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) a se reunir em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2026, às 11:00 do Horário de Brasília, de forma presencial, na sede na Companhia, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Prédio Pacific, bloco 2, sala 502, bairro Jacarepaguá, no Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-028, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Extraordinária: (I) Ratificação das deliberações tomadas pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas nos anos de 2025 e 2026; (II) Deliberação acerca da alteração do Estatuto Social, especificamente das Seções I, II e III, referentes ao Assembleia Geral, Conselho de Administração e à estrutura da Diretoria Executiva. Em Assembleia Ordinária: (I) Eleição dos membros do Conselho Fiscal, nos termos previstos no Art. 26, §1º do Estatuto Social. (II) Aprovação do montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, nos termos do Art. 13 do Estatuto Social. (III) Eleição de 1 (um) Conselheiro de Administração Independente, em cumprimento ao Art. 5º, §6º, da Lei nº 14.193/2021 (Lei da SAF). Nos termos do art. 16, §5º, os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatário constituído há menos de 1 (um) ano, desde que seja acionista, representante legal do respectivo acionista ou advogado. Torna-se sem efeito o Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária publicado em 30 de julho de 2026, no Diário dos Acionistas, Revista Valor Econômico e no site da Companhia, para a Assembleia que se realizaria no dia 6 de agosto de 2026, tendo em vista a presente nova convocação, que engloba a totalidade das matérias anteriormente convocadas, acrescidas de nova ordem do dia, na forma acima descrita. Por fim, informa-se que a documentação pertinente às matérias constantes na ordem do dia encontra-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, desde a publicação deste edital, nos termos do art. 135, §3º, da Lei nº 6.404/1976. Rio de Janeiro, 30 de julho de 2026. Ricardo Almeida de Abreu (Diretor). (31/07, 01 e 04/08/2026)

OCEANDRILL PETROLEO S.A.

CNPJ Nº 08.948.221/0001-06

Relatório da Administração - Srs acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias aplicáveis, temos o prazer de lhes apresentar o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao período de 31/12/2025 e 2024. Tais documentos demonstram com clareza a situação econômica financeira da Companhia. Permanecemos à disposição de V.Sas., para esclarecimentos por ventura solicitados. Valores expressos em milhares de reais. Rio de Janeiro, 30/06/2026. A Administração.

Balanços Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)					
ATIVO		2025	2024	PASSIVO	
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes		1.148	1.049	Impostos, contribuições e encargos sociais	
Adiantamento a fornecedores				Total do passivo circulante	
Impostos a recuperar			2	Não circulante	
Partes relacionadas		-	1.941	Total do passivo não circulante	
Total do ativo circulante		1.148	2.991	Total do passivo	
Não circulante				Patrimônio líquido	
Total do ativo não circulante		-	-	Capital Subscrito e integralizado	
				Adiantamento para futuro aumento de capital	
				Prejuízos Acumulados	
				Atribuído aos acionistas controladores	
				Atribuído aos acionistas não controladores	
				Total do patrimônio líquido	
Total do ativo		1.148	2.991	Total do passivo e patrimônio líquido	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2025	2024	
Receita líquida Operacional			Capital social subscrito
Custos dos Serviços Prestados	-	-	AFAC
Lucro (prejuízo) bruto	(2.115)	(8)	Lucros/Prejuízo acumulados
Receitas (despesas) operacionais	(4)	(8)	Total
Gerais e administrativas	(2.111)	-	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.115)	(8)	Aumento de capital social
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	272	(184)	Adiantamento para futuro aumento de capital
Resultado financeiro líquido	274	34	Saldo em 31 de dezembro de 2024
Receitas financeiras	(2)	(218)	Lucro (prejuízo) do exercício
Despesas financeiras	(1.843)	(192)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(1.843)	(192)	Resultados atribuídos aos:
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.843)	(192)	Acionistas controladores
Resultado atribuído aos:			Acionistas não controladores
Acionistas controladores	(1.843)	(192)	
Acionistas não controladores			
Lucro (Prejuízo) diluído por ação	(0,5800)	(0,0630)	



CEFET/RJ

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão na Forma Eletrônica nº 90.020/2025 | 187/2026 – UASG 153010

OBJETO: registro de preços para aquisição de itens de manutenção predial, especialmente de alvenaria e piscina, para as Uneds do Cefet/RJ.
PROCESSO SUAP Nº: 23063.005032/2025-29. ID DA CONTRATAÇÃO NO PNCP: 42441758000105-1-000090/2026. EDITAL DISPONÍVEL EM: https://pncp.gov.br/app/editalis. Igor F. Boroto Thomaz do Carmo – Pregoeiro.

Pet Delícia Holding S.A.

CNPJ nº 25.267.563/0001-71 - NIRE 3330032066-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas titulares de ações da **Pet Delícia Holding S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 25.267.563/0001-71, com sede localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Idalina Senra, 32, sala A, São Cristóvão, CEP 20.941-090 (**"Companhia"**), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (**"Assembleia"**) a realizar-se no dia 06 de agosto de 2026, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, por meio da plataforma de videoconferência "Google Meet", cujo link de acesso a ser disponibilizado oportunamente aos acionistas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** Em assembleia geral ordinária: 1. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, do Balanço Patrimonial e do Relatório da Diretoria referentes ao exercício social encerrado 31.12.2025; 2. a deliberação sobre a destinação dos resultados da Companhia do exercício social encerrado e 31.12.2025; e 3. a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Em assembleia geral extraordinária: 1. a aprovação do aumento do capital social da Companhia, no valor total de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), mediante a emissão de 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em decorrência do exercício das 3.200.000 (três milhões e duzentos mil) opções outorgadas no âmbito do Plano Geral para a Outorga de Opções de Compra de Ações aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 24 de abril de 2020, conforme aditado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de setembro de 2024 (**"Plano"**), sendo: (i) 213.000 (duzentas e treze mil) ações a serem subscritas pelos beneficiários signatários dos Acordos de Direito de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrados em 15 de maio de 2019 e 1º de agosto de 2019, posteriormente ratificadas e englobadas pelo Plano; (ii) 1.887.000 (um milhão, oitocentas e oitenta e sete mil) ações a serem subscritas pelos beneficiários signatários dos Acordos de Direito de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrados em 20 de abril de 2020; e (iii) 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações a serem subscritas pelos beneficiários signatários dos Acordos de Direito de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças celebrados em 31 de março de 2021; 2. a extinção do Plano e dos contratos de outorga dele decorrentes; 3. a ratificação do Memorando de Entendimentos, celebrado em 9 de junho de 2026 (**"MoU"**) pela administração da Companhia, cuja cópia encontra-se à disposição dos acionistas para consulta, conforme arquivada na sede da Companhia; 4. a realização da operação de venda de até a totalidade das quotas detidas pela Companhia e por Anirudha Deb representativas do capital social da Pet Bistrô Alimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 12.449.565/0001-30 (**"Pet Bistrô"**), sociedade controlada pela Companhia, conforme o MoU (**"Operação"**); 5. a aprovação da destinação dos recursos que venham a ser recebidos pela Companhia em decorrência da Operação, na forma do disposto no MoU; 6. a aprovação dos termos e condições a serem oferecidos aos acionistas titulares de ações preferenciais da Companhia em decorrência da Operação, em duas modalidades distintas, conforme previstas no MoU; 7. a aprovação da alteração da denominação social da Companhia; e 8. a autorização para a prática de todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas na presente assembleia e à formalização da Operação. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, de acordo com as Instruções Normativas DREI n.º 79/2020 e n.º 81/2020, adotando o padrão de boletim de voto previsto na Instrução CVM nº 481/09. O acionista que desejar exercer seu direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância deverá enviar o correspondente boletim de voto à distância diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes para participação na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia disponíveis no referido documento, que deverá ser enviado à Companhia juntamente com os documentos de identificação, pelo e-mail juridico@petdelicia.com.br, até às 17:00 horas do dia 04 de agosto de 2026. Os detalhes e documentos relativos às matérias a serem deliberadas estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e serão enviados por e-mail na data deste edital. Encontra-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia. Para efeitos deste edital, salvo se de outro modo aqui expresso, as palavras e expressões grafadas em letra maiúscula deverão ter os significados que lhes são atribuídos no MoU. Os acionistas interessados em participar eda Assembleia deverão se cadastrar, exclusivamente, por email endereçado a juridico@petdelicia.com.br, até 04 de agosto de 2026, onde, após análise dos documentos anexados, será confirmado o cadastramento. No momento do cadastramento serão solicitados: (a) identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que participará da Assembleia, seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; (b) comprovante de titularidade de ações da Companhia; (c) para aqueles que se fizerem representar por procuração, instrumento de mandato com observância das disposições legais aplicáveis (artigo 126 da Lei nº 6.404/76); (d) se pessoa física, documento de identidade; (e) se pessoa jurídica, estatuto social ou contrato social, com indicação de eleição dos administradores; (f) no caso de fundos de investimentos: (f.i) último regulamento consolidado do fundo, (f.ii) estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), e (f.iii) documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) do administrador ou gestor com foto. Os acionistas que não realizarem o cadastro pelo email informado e no prazo previstos acima não estarão aptos a participar e/ou votar na Assembleia. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Companhia enviará o link e instruções de acesso à plataforma digital "Google Meet". Caso não receba o link e instruções de acesso em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista interessado deverá entrar em contato com a Companhia, por meio do e-mail juridico@petdelicia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma digital "Google Meet" estará disponível a partir de 30 (trinta) minutos de antecedência ao horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença dos acionistas via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 15 (quinze) minutos do início da Assembleia, não será possível o ingresso de quaisquer pessoas na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com 30 (trinta) minutos de antecedência. Rio de Janeiro, 24 de julho de 2026. **Andreas Morganstern Kugler**, Presidente do Conselho de Administração. (24, 27 e 31/07/2026)

Demonstrações dos resultados abrangentes Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2025	2024	
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.843)	(192)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total dos resultados abrangentes do exercício:	(1.843)	(192)	
Resultados atribuídos aos:			
Acionistas controladores	(1.843)	(192)	
Acionistas não controladores	-	-	
Resultado abrangente total	(1.843)	(192)	
Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)			
	2025	2024	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício	(1.843)	(192)	
Ajustes para:			
Variação cambial	-	213	
Variação monetária	-	-	
Lucro (prejuízo) do exercício ajustado	(1.843)	22	
Aumento (redução) de ativos			
Impostos a recuperar	1	(2)	
Aumento (redução) nos passivos			
Impostos e contribuições	-	-	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(1.842)	20	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	-	3.029	
Partes Relacionadas	1.941	(2.029)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4	
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	1.941	1.004	
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	99	1.024	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.049	25	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.148	1.049	
Saldo das Disponibilidades no Final do Exercício	99	1.024	

PREFEITURA

Morte de corredor leva SP a revisar protocolos para corridas de rua

GONÇALO JUNIOR/AE

A Prefeitura de São Paulo criou um grupo de trabalho para revisar os protocolos de segurança e atendimento médico em corridas de rua e outros eventos esportivos da capital paulista

A iniciativa foi anunciada dois dias depois da morte do publicitário e atleta amador Júlio Barreto, de 50 anos. Ele sofreu uma parada cardíaca após concluir a meia maratona da SP City Marathon, no domingo, passado.

Segundo a medida assinada pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB), o grupo terá 20 dias para apresentar uma proposta com parâmetros mínimos de segurança, estrutura médica e atendimento de emergência para esse tipo de evento.

O objetivo é padronizar critérios técnicos que hoje envolvem diferentes órgãos municipais e entidades esportivas. Entre as atribuições do grupo estão:

- diagnosticar as exigências adotadas para a autorização de corridas de rua;
- estabelecer parâmetros mínimos de segurança e de atendimento médico-emergencial;
- definir uma matriz de responsabilidades entre os órgãos públicos e os organizadores nas etapas de autorização, realização e fiscalização dos eventos.

Em nota, a Secretaria Municipal da Saúde informa que "revisa continuamente os fluxos assistenciais e os critérios técnicos aplicáveis aos eventos temporários na cidade".

"Como parte desse processo de avaliação contínua", continua o documento, "foi instituído um grupo de trabalho para revisar e aprimorar os procedimentos relacionados à realização de corridas de rua e eventos esportivos".

De acordo com a Associação dos Treinadores de Corrida de São Paulo (ATC-SP), a Prefeitura de São Paulo ainda não tem um protocolo específico para corridas de rua. "Seria muito interessante termos esta conversa com eles e poder participar da construção deste protocolo, considerando tudo o que já se tem elaborado no Corrida Segura (protocolo nacional)".

SP EPICENTRO

São Paulo é hoje a cidade que mais recebe corridas de rua no Brasil. A previsão do setor é que cerca de 300 provas sejam realizadas na capital ao longo deste ano, entre eventos de 5 km, 10 km, meia maratona e maratona.

Segundo Guilherme Celso, presidente da Associação Brasileira de Organizadores de Corridas de Rua e Esportes Outdoor (Abraceo), a realização de uma corrida depende de uma série de licenças municipais e da obtenção do chamado Permit, documento emitido pelas entidades responsáveis pela modalidade.

Existem três categorias de certificação - Bronze, Prata e Ouro. O Permit Bronze é concedido pela Federação Paulista de Atletismo; as demais categorias são homologadas pela Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt).

Para obter a autorização, os organizadores precisam cumprir as exigências previstas na Norma 7 da CBAt, que estabelece critérios para aspectos como percurso, interdição de vias, guarda-volumes e estrutura médica.

O Anexo 3 da norma, produzida pela Abraceo, CBAt, Sociedade Brasileira de Medicina do Exercício e do Esporte (SBMEE) e Associação dos Treinadores de Corrida de São Paulo (ATC-SP), detalha o plano médico da prova, incluindo o número mínimo de ambulâncias, a distri-

buição dos desfibriladores, a presença de diretor médico e outros requisitos.

Além das regras da confederação, cada município possui exigências próprias para emissão dos alvarás necessários à realização dos eventos. "Há uma dupla fiscalização: das entidades esportivas e do poder público municipal", afirma Guilherme Celso.

O especialista afirma que o protocolo municipal não deve substituir as normas já existentes. "O ideal é que ele seja complementar, considerando as particularidades locais, mas mantendo alinhamento com as diretrizes técnicas nacionais e com as normas que regem a emissão do Permit pelas Federações de Atletismo", avalia.

O texto da CBAt também ressalta que a segurança das provas depende de uma atuação conjunta entre organizadores, equipes médicas e atletas, destacando que cabe ao participante manter sua avaliação clínica em dia e respeitar as orientações médicas antes da competição.

DEBATE

A criação do grupo ocorre após a repercussão da morte de Júlio Barreto, corredor que completou os 21 quilômetros da meia maratona da SP City Marathon e começou a se sentir mal na área de chegada.

A prova chegou à décima edição em 2026. A largada foi realizada na Praça Charles Miller, no Pacaembu, e a chegada aconteceu no Jockey Club, na zona sul da cidade. O evento reuniu atletas nas distâncias de 21,1 km e 42,2 km.

Segundo o boletim de ocorrência, Júlio reclamou de dores no braço logo após cruzar a linha de chegada. Enquanto caminhava em direção a uma ambulância disponibilizada pela organização da prova, sofreu um mal súbito e caiu.

O médico Miguel Carvalho Santacreu, que participava da prova e ajudou nos primeiros atendimentos, afirmou nas redes sociais ontem que houve demora de 15 minutos na chegada de uma ambulância com Desfibrilador Externo Automático (DEA).

"E aí continuamos tocando a parada ali (fazendo atendimentos) por uns 10 minutos, quando chegou a primeira ambulância. A primeira ambulância chegou com uma equipe de bombeiros, e sem nenhum médico. A gente solicitou um DEA, e eles falaram que naquela ambulância não tinha", contou.

"Eu e dezenas de outras pessoas que estavam lá sabemos que o atendimento do evento demorou a chegar, não foi instantâneo. O primeiro foi com diversas falhas. Não vou falar que o desfecho poderia ter sido diferente, não sei. Mas a conduta toda poderia ter sido diferente", revelou.

A Iguana Sports, organizadora da SP City Marathon, afirmou que "nenhuma estrutura médica, por mais completa que seja, consegue prevenir 100% desses eventos - o que ela consegue é reduzir o tempo entre o colapso e o primeiro atendimento, que é o fator que mais influencia a sobrevivência", afirma a nota assinada por Paulo Carelli, diretor de prova.

"E nós estávamos na linha de chegada a 100 metros onde tudo aconteceu com os DEAs, conforme registrado nos relatórios médicos e imagens fotográficas, que confirmam que o atleta recebeu atendimento protocolar assim que chegou a comunicação à equipe", continua o comunicado.

"Infelizmente o quadro clínico do atleta não permitiu sua recuperação, apesar de todo esforço da equipe médica e adoção de todos os procedimentos de suporte avançado".

SUPERLOTAÇÃO

CAMILA BOEHM/ABRASIL

A Justiça paulista determinou que o governo de São Paulo reduza a superlotação de um Centro de Detenção Provisória (CDP) localizado em Americana.

A unidade prisional foi projetada para 639 pessoas, mas abriga 1.190 encarcerados - 551 a mais que a capacidade do local. As informações são do Ministério Público de São Paulo (MPSP).

A determinação tem caráter liminar e se refere ao CDP AEVP Renato Gonçalves Rodrigues. A decisão foi concedida pela 1ª

ACIDENTE

SIMONE MACHADO/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) condenou a empresa fabricante de armas Taurus a ressarcir o Estado de São Paulo em R\$ 76 mil pelos valores pagos a um investigador da Polícia Civil ferido após um disparo involuntário de uma pistola funcional da marca.

Em nota, a Taurus afirma "não haver evidências técnicas de defeito no armamento que sustentem a condenação". Além disso, na visão da empresa, o Código de Defesa do Consumidor foi indevidamente aplicado em favor do estado.

Em decisão unânime, a 11ª Câmara de Direito Público manteve a decisão da 2ª Vara da Fazenda Pública de Ribeirão Preto (SP) e rejeitou o recurso da empresa concluindo que a arma apresentava um vício de projeto, comprovado por perícia técnica, que permitia disparos acidentais após impactos.

O caso ocorreu em outubro de 2013, na Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes

FAZENDA

FELIPE DE PAULA
E FAUSTO MACEDO/AE

O auditor fiscal de Rendas Paulo Sérgio Siqueira do Prado, o PP, fechou acordo de delação premiada com o Ministério Público de São Paulo no âmbito das investigações sobre um esquema bilionário de propinas supostamente instalado em áreas sensíveis da Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento de São Paulo - em troca de altas somas, segundo a investigação, um grupo de fiscais acelerava a antecipação de créditos tributários inflados em favor de gigantes do varejo e do atacado.

Após a homologação do acordo, a Justiça determinou o levantamento imediato do bloqueio e sequestro de bens e de restrições impostas anteriormente a PP, ainda no início das investigações.

Ele se aposentou em 2024. PP não era apenas mais um quadro entre os auditores fiscais da Receita estadual, onde escalou postos graduados e estratégicos. Atuou como inspetor fiscal na Delegacia Regional Tributária da Capital, função para a qual foi designado em agosto de 2014. Depois, já como delegado, ele substituiu Marcelo Bergamasco Silva, em seus afastamentos, na Delegacia Regional

Vara Cível de Americana e obrigava ainda o estado a corrigir irregularidades sanitárias e de segurança contra incêndio.

A Justiça determinou a contenção de novos ingressos e o remanejamento dos presos excedentes no prazo de 90 dias. No mesmo prazo, o Estado deverá sanar as irregularidades apontadas pela Vigilância Sanitária.

Já as medidas necessárias para regularizar a situação da segurança contra incêndio, incluindo a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), deverão ser concluídas em até 180 dias.

Em caso de descumprimento

(Dise) de Ribeirão Preto (SP).

ENTENDA O CASO

Segundo o acórdão, o investigador retirou a pistola funcional da cintura ao entrar no banheiro da unidade e a apoiou sobre uma mureta de alvenaria. A arma escorregou, caiu no chão e disparou, atingindo o abdômen do policial. O agente sofreu graves lesões, passou por cirurgias e permaneceu afastado do trabalho por quase dois anos.

Após o governo paulista ser condenado a indenizar o policial, a Procuradoria-Geral do Estado ajuizou ação contra a Taurus para recuperar os valores desembolsados.

A fabricante recorreu da sentença de primeira instância alegando, entre outros pontos, que a ação era prematura porque o estado ainda não havia quitado integralmente o valor da condenação, além de sustentar que não existia defeito na pistola

Ao rejeitar os argumentos da empresa, o relator do recurso, o desembargador Fernão Borba Franco, afirmou que o direito de

Tributária da Capital II - atualmente, Bergamasco exerce a função de subsecretário da Receita de São Paulo.

Delação tem 'potencial explosivo'.

Nos corredores e gabinetes da Fazenda paulista, fiscais avaliaram que a delação de PP tem 'potencial explosivo'. A suspeita de corrupção em larga escala no Palácio Clóvis Ribeiro, sede da Receita estadual, provocou três operações consecutivas dos promotores do Gedec - face do Ministério Público que enfrenta delitos de ordem econômica e corrupção. Em agosto, foi desencadeada a Operação Ícaro, que apontou provável favorecimento à Ultrafarma e à Fast Shop. Depois, a Operação Mágico de Oz e, já em março de 2026, a Operação Fisco Paralelo. Cerca de 40 fiscais estão sob investigação. Por ordem do secretário Samuel Kinoshita (Fazenda e Planejamento), cinco auditores foram demitidos em abril.

Paulo do Prado PP foi alvo de buscas dos promotores duas semanas antes do estouro da Operação Mágico de Oz, em março passado. Seu nome despontou na investigação como suposto elo de dois personagens emblemáticos do caso, Artur Gomes da Silva Neto, o 'King', e Alberto Toshio Murakami, o 'Americano'

injustificado, foi fixada multa diária de R\$ 10 mil.

A ação civil pública foi ajuizada pelo promotor de Justiça Rafael Fernandes Viana, da 9ª Promotoria de Justiça de Americana, após inspeções e relatórios técnicos constatarem superlotação, ausência de AVCB, deficiências sanitárias e irregularidades estruturais na unidade prisional.

"É inadmissível que um Centro de Detenção Provisória, local de restrição da liberdade de pessoas e edificação classificada como área de risco, permaneça em funcionamento superlotado, sem AVCB, com irregularidades

relevantes de prevenção e combate a incêndio e sem plano efetivo de redução populacional, ignorando normas básicas de segurança, saúde e dignidade humana", afirmou o promotor de Justiça na ação.

Em nota, a Secretaria da Administração Penitenciária informou que a unidade citada opera dentro dos padrões de segurança e disciplina.

"Estão previstas as entregas de duas novas unidades prisionais, com a criação de 1.646 vagas. A pasta mantém diálogo permanente com a sociedade civil para aprimorar o sistema prisional", finaliza a nota.

regresso surge com o trânsito em julgado da ação indenizatória, independentemente do pagamento do precatório.

Foi concluído ainda que a perícia comprovou defeito estrutural na pistola. O laudo constatou que o armamento disparava ao sofrer impacto contra o solo, mostrando falha nos mecanismos de segurança.

Além disso, outro exame técnico em uma arma idêntica revelou disparos involuntários em testes de queda, reforçando a conclusão de que o problema era de fabricação e não defeito isolado.

"Não se trata, portanto, de falha pontual nem decorrente de desgaste ou má conservação, mas sim de erro de engenharia compartilhado por toda a linha de produção", diz trecho do acórdão.

Para o colegiado, a fabricante também falhou no dever de informação ao recomendar, no manual do produto, uma trava manual externa inexistente no modelo fornecido à Polícia Civil paulista.

Os desembargadores também

afastaram a tese de culpa exclusiva da vítima. Conforme a decisão, apoiar temporariamente a arma em uma superfície dentro da delegacia constitui situação previsível da rotina de trabalho policial e não caracteriza uso inadequado do equipamento.

"O armamento estava devidamente acondicionado em coldre de polímero, condição que, por si só, deveria conferir resguardo contra disparos por impacto", registrou o relator.

A Taurus destaca não ter participado da ação, pois o processo foi contra o estado. Portanto, aponta que não acompanhou os testes realizados no procedimento instaurado para apurar o acidente, posteriormente utilizados como fundamento da ação proposta pelo estado.

Durante o processo, foi informado que a arma, que estava sob a guarda de órgãos estatais, foi destruída. Com isso, a Taurus não pôde fazer perícia sobre seu estado de conservação, histórico de uso e manutenção e a causa específica do disparo, ainda conforme a empresa.

APAGÃO

Mais de 200 mil continuam sem energia após vendaval

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Cerca de 279 mil clientes da concessionária de energia Light ainda continuavam sem fornecimento de energia nesta quinta-feira, depois do vendaval que atingiu a Região Metropolitana do Rio de Janeiro na última quarta-feira. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) monitora a situação. Entre os principais bairros atingidos na capital estão Campo Grande, Bangu, Anchieta, Tijuca, Catumbi, Jacarepaguá, Santa Cruz e Recreio. Já na Baixada Fluminense, os municípios com trechos mais afetados são Nova Iguaçu e Duque de Caxias. Segundo a empresa, em diversos pontos, a extensão dos danos exige a reconstrução de trechos da rede elétrica, tornando o trabalho de restabelecimento mais complexo. Isso inclui a substituição de postes danificados, reparos em estruturas comprometidas e a remoção de



TANIA REGO/ABRASIL

está atuando com 800 equipes nas ruas, com mais de 2 mil profissionais. No momento mais crítico, a falta de fornecimento chegou a afetar 1,1 milhão de clientes no Grande Rio, o que inclui residências e outros tipos de estabelecimentos.

QUEDA DE ÁRVORES

Chegou a 346 o número total de árvores que foram derrubadas pela força do vento, que ultrapassou os 100 quilômetros por hora (km/h). O maior registro foi no Aeroporto Internacional do Galeão, na Ilha do Governador, onde as rajadas atingiram 105,5 km/h, entre 16h e 17h de quarta-feira. Por volta das 19h de ontem a Prefeitura do Rio de Janeiro informou que ainda trabalha na remoção de mais de 49 árvores que caíram.

Ventania no Rio e em São Paulo amplia prejuízos para infraestrutura, comércio e logística

POR REDAÇÃO

A ventania que atingiu os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo na quarta-feira (29) provocou mortes, interrupções no fornecimento de energia elétrica, paralisações no transporte e prejuízos para empresas, comércio e serviços. As rajadas de vento, associadas à passagem de uma frente fria, mobilizaram equipes da Defesa Civil, concessionárias de energia e órgãos de emergência, enquanto governos estaduais iniciaram o levantamento dos danos. Além das perdas humanas, o episódio reforça o impacto econômico de eventos climáticos extremos sobre a infraestrutura urbana e a atividade produtiva.

No Rio de Janeiro, a ventania causou mortes, além da queda de árvores e interrupções no fornecimento de energia para centenas de milhares de imóveis. O funcionamento do Aeroporto Santos Dumont sofreu impactos, com atrasos e cancelamentos, enquanto parte da operação do sistema metrôviário também foi afetada. Em São Paulo, o temporal também deixou mortos e milhares de consumidores permaneceram sem energia elétrica na manhã desta quinta-feira (30), situação que comprometeu o funcionamento de estabelecimentos comerciais, indústrias e prestadores de serviços.

Os reflexos econômicos começam pela interrupção das atividades. Sem energia, empresas enfrentam paralisação de equipamentos, perdas de mercadorias refrigeradas, atrasos na produção e dificuldades para operar sistemas de pagamento eletrônico. O setor de comércio também registra redução no fluxo de consumidores quando há bloqueios em vias, interrupções no transporte público e insegurança para deslocamentos.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), eventos climáticos extremos aumentam custos operacionais, comprometem cadeias logísticas e elevam a necessidade de investimentos em infraestrutura resiliente, fatores que afetam a competitividade da economia brasileira no

médio e longo prazo. Estudos do setor também apontam que interrupções prolongadas no fornecimento de energia representam um dos principais fatores de perdas financeiras para empresas de diferentes segmentos.

Eventos climáticos e impactos na economia

O episódio também afetou a logística. Em Santos, operações portuárias chegaram a ser interrompidas temporariamente por causa das condições meteorológicas, enquanto aeroportos registraram mudanças na programação de voos. Como consequência, cargas podem sofrer atrasos na distribuição, impactando cadeias de abastecimento e contratos de entrega em diferentes regiões do país.

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) havia emitido alertas para a atuação de ventos intensos associados à chegada da frente fria no Sudeste. O órgão informou que o sistema meteorológico favorecia rajadas expressivas e orientou a população a evitar áreas com risco de queda de árvores, estruturas metálicas e placas, além de acompanhar os avisos da Defesa Civil.

Para a meteorologista **Andrea Ramos**, do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), episódios como esse exigem atenção crescente do poder público e do setor privado. Segundo ela, "os alertas meteorológicos permitem antecipar medidas preventivas, reduzindo riscos para a população e também para atividades econômicas que dependem das condições do tempo". A avaliação reforça a importância da integração entre monitoramento climático e planejamento urbano.

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, também destaca que eventos hidroclimáticos vêm produzindo impactos cada vez mais frequentes sobre setores estratégicos da economia, incluindo transporte, energia, agricultura e infraestrutura urbana. Em boletim recente, o órgão ressalta que o monitoramento contínuo é essencial para reduzir prejuízos econômicos e ampliar a capacidade de resposta dos municípios diante de fenômenos extremos.

Enquanto equipes seguem trabalhando para restabelecer o fornecimento de energia e remover árvores e estruturas danificadas, governos estaduais e concessionárias ainda contabilizam os prejuízos. Especialistas avaliam que, além dos custos imediatos com reparos, eventos climáticos como o registrado nesta semana ampliam o debate sobre investimentos em redes elétricas, mobilidade urbana e adaptação das cidades a fenômenos meteorológicos de maior intensidade.

Rede mais resiliente requer investimento de concessionárias

ALANA GANDRA/ABRASIL

Tornar a rede elétrica mais resiliente a fortes ventos como os que atingiram São Paulo e Rio de Janeiro na quarta-feira passada é possível, mas tem um custo bastante elevado e que precisa ser arcado pelas concessionárias de energia. A avaliação é do professor Edson Watanabe, do Programa de Engenharia Elétrica do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). Fiação subterrânea e poda das árvores na época certa estão entre as medidas necessárias para que o fornecimento de energia seja menos vulnerável.

"Tem que ter manutenção. Ou enterra ou faz manutenção. No geral, não se faz nem um, nem outro. Ou se faz pouco", aponta o professor da Coppe/UFRJ.

Watanabe mora no Grajaú, na Zona Norte do Rio, e continuava sem energia até a tarde desta quinta-feira. Em sua rua, a rede elétrica é aérea, sustentada por postes, o que a deixa mais vulnerável a quedas de árvores e intempéries. Quem tem instalações subterrâneas, como os bairros mais nobres do Rio e o centro da cidade, enfrenta menos contratempos, avalia.

"Quem recebe (energia) por linha aérea tem mais problemas", resume ele, que acrescenta que, além de os custos de instalação serem maiores para a fiação subterrânea, também é mais custosa a manutenção.

O professor do programa de pós-graduação em engenharia elétrica estima que o custo de cabos subterrâneos equivale a sete ou dez vezes o da linha aérea, com a vantagem de ter maior qualidade. E a responsabilidade por esses custos é das concessionárias de energia, afirma ele.

"Seria bom se houvesse um pouco mais de atividade do lado das concessionárias. Se ficar parado, como a gente anda, vai ser ainda pior".

CONTINGÊNCIA

Na avaliação de Leandro Torres, especialista em desastres e professor da Escola Politécnica da UFRJ, o risco de falta de energia, por si só, não é motivo para substituir toda a rede aérea por subterrânea.

"É uma decisão estética, urbanística. Mas não pesa muito no caso de falta de luz".

Torres destaca que fazer uma estrutura subterrânea requer um investimento elevado que pode ser, inclusive, economicamente inviável. Além disso, ele avalia que os cabos subterrâneos, apesar de terem proteção contra o vento, constituem problema no caso de inundações e furtos.

Segundo Leandro Torres, o que ocorreu ontem no Rio foi um evento de emergência, para o qual as instituições precisavam estar preparadas com planos de contingência, que evidenciem tudo que possa afetar suas operações e serviços de alguma maneira.

"Ou seja, fazer uma lista-gem dessas ameaças. Isso abrange eventos de diferentes naturezas, como vendaval, inundação, ataque cibernético, que podem afetar a opera-

ção de uma organização qualquer".

O segundo passo desse plano de contingência é entender quais são as eventuais causas que poderiam dar origem a essas ameaças. Ou seja, os pontos fracos na operação, que poderiam ser uma brecha para que esses problemas ocorram. Uma análise de risco prioriza os pontos que demandam mais atenção.

Em seguida, o que se busca são medidas que possam evitar, dentro do possível, essas falhas, ou reduzir muito a probabilidade de elas acontecerem.

Torres deixou claro que instituições de diferentes naturezas, desde uma escola até empresas de telecomunicações e concessionárias de energia elétrica, precisam se organizar para fazer frente a esse tipo de cenário climático.

Para ele, as concessionárias de energia elétrica devem direcionar atenção e esforços para um possível aumento drástico de eventos relacionados ao clima, principalmente este ano, com a previsão de um El Niño especialmente forte.

"Elas devem analisar, por hipótese, se acontecer um tornado aqui, o que eu faria? Se acontecer uma inundação até um metro ou dois metros de lâmina, o que deveria ser feito? E se for uma onda de calor extremo?".

Leandro Torres insistiu que a empresa não pode esperar que aconteça um evento negativo para agir, e isso demanda recursos previamente alocados e pessoal treinado para os procedimentos emergenciais. Depende de uma estrutura de planejamento de comunicação interno e externo com clientes, inclusive para a preservação dos serviços que eles estão recebendo.

SEM PREVISÃO

A empresária Ana Paula Brito mora em Vila Isabel, Zona Norte da capital fluminense, e, desde ontem, às 17h, está sem luz em seu imóvel. Ela afirma que já abriu vários protocolos na Light e a resposta é que os técnicos estão trabalhando no local e não há previsão de quando a luz voltará.

"Estamos preocupados, porque a geladeira já está descongelando, os alimentos estão vencendo [a validade] e não tem nenhuma previsão. É um transtorno muito grande ficar sem energia".

Rico Vilarouca é designer e trabalha em casa, bem como sua esposa. Moradores de Santa Teresa, na região central do Rio de Janeiro, ele espera até agora o retorno da energia elétrica e da internet residencial, situação que se repete quando chove forte e venta no bairro.

Os ventos fortes que assolaram o estado nessa quarta-feira deixaram uma coisa bem clara para a família de Rico Vilarouca: "A gente não está preparado para esse volume de vento na cidade", lamentou.

A Light e a Enel, concessionárias que atuam no Rio de Janeiro, na região metropolitana e no interior do estado, têm divulgado desde o vendaval que estão com equipes mobilizadas para normalizar o fornecimento de energia. Apesar disso, milhares de residências e estabelecimentos de diversos tipos continuavam sem energia nesta quinta-feira.

Nota

DESINFORMAÇÃO SOBRE HIV DIFICULTA TRATAMENTO E AUMENTA PRECONCEITO

A falha em combater o estigma social em torno do HIV pode causar cerca de 440 mil mortes evitáveis nesta década, segundo projeção de uma pesquisa internacional de opinião pública realizada pela iniciativa não governamental Tackle HIV. "Esse estigma traz impactos enormes para a sociedade em geral: seja o medo de fazer o teste, o medo de tomar os medicamentos ou o medo criado pelo preconceito de conviver com pessoas que vivem com HIV", conta o representante e um dos idealizadores do projeto, Gareth Thomas.



TÂNIA RÉGO/ABRASIL

REDES SOCIAIS

Renan é candidato que mais impulsiona anúncios contra Lula

GABRIEL SERPA/AE

Dos principais nomes que tentam se colocar como uma terceira via para a disputa presidencial deste ano, Renan Santos (Missão) foi o candidato que mais gastou com anúncios direcionados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ao senador Flávio Bolsonaro (PL).

Os dados são de 29 de abril a 29 de julho de 2026 e constam da "biblioteca de anúncios" da Meta - dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp. As publicações impulsionadas nas redes da Meta vinculadas à palavra-chave "Lula" chegam à monta de R\$ 137,1 mil nos últimos três meses. Já as que trazem "Flávio" entre os termos de direcionamento somam R\$ 99,4 mil.

Os valores não podem ser somados, já que ao menos uma postagem incluiu ambos os termos. Isto é, tiveram como público-alvo usuários interessados nas candidaturas do petista e do bolsonarista à Presidência da República.

O candidato do Missão desembolsou R\$ 35 mil em uma campanha com sete anúncios para um vídeo, em junho - maior valor do período analisado. No conteúdo impulsionado, Santos pede ajuda para comprar um "motor home", veículo recreativo para percorrer longas distâncias. "Vou rodar o País inteiro e derrotar Lula, Flávio Bolsonaro ou qualquer um que aparecer na minha frente."

A ferramenta aponta 180 anúncios relacionados a Lula e 79 a Flávio Bolsonaro. Todas as campanhas publicitárias nas redes controladas pela Meta, no entanto, estão inativas.

De acordo com as pesquisas Genial/Quaest e Datafolha mais recentes, Renan Santos aparece com 3% das intenções de voto, atrás de Ronaldo Caiado (PSD). O ex-governador de Goiás é o segundo que mais gastou com publicações no Instagram e no Facebook associando os termos "Lula" e "Flávio" nas campanhas.

Foram R\$ 94,6 mil para postagens direcionadas ao petista

e R\$ 50,6 mil em publicações com foco no senador do PL, nos últimos 90 dias. Os valores não podem ser somados pelo mesmo motivo mencionado nas campanhas de Renan Santos. Dos 52 anúncios listados pela ferramenta, ao menos 25 seguem ativos até a conclusão da reportagem. Entre eles o de maior valor: R\$ 45 mil em uma campanha com cinco anúncios, em julho.

O vídeo questiona quem é o culpado pelo "tarifaço" de 25%-valor imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para as transações entre os dois países. "Um fazendo piada da dentadura do Trump. O outro pedindo para que fosse adiado [o tarifaço] para depois das votações."

Caiado é um dos nomes que apostam no distanciamento de Lula e Flávio Bolsonaro, ao lado de Renan Santos e Romeu Zema (Novo). O pessedista aparece com 4% das intenções de votos nos levantamentos da Genial/Quaest e do Datafolha.

O último da lista, entre as principais apostas da chamada 3ª via, é Zema. O ex-governador de Minas Gerais gastou R\$ 21,5 mil em 16 anúncios em maio deste ano.

A campanha mais cara custou R\$ 20 mil e contou com sete anúncios para o vídeo intitulado "O plano para mudar o Brasil". Nele, o candidato do Novo diz que vai privatizar empresas como Petrobras e Banco do Brasil. "Vou passar a faca nos super salários e mordomias."

Todas as campanhas estão inativas, segundo a plataforma da Meta, e tiveram o presidente Lula como alvo. Zema não usou os termos "Flávio" ou "Bolsonaro" nas publicações pagas.

As pesquisas mais recentes apontam o ex-governador de Minas com 2% (Genial/ Quaest) e 3% (Datafolha) das intenções de voto.

No recorte partidário, o Estadão mostrou que o Partido dos Trabalhadores (PT), o Republicanos e o Partido Liberal (PL) foram os perfis que mais gastaram em anúncios entre maio e julho de 2026, nas redes sociais controladas pela Meta.

DUDA LIMA

Campanha de Flávio Bolsonaro volta a trocar de marqueteiro

HUGO HENUD/AE

A campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL) anunciou ontem, mais uma mudança em sua estrutura de comunicação. Em nota, o coordenador-geral da campanha, senador Rogério Marinho (PL-RN), informou que os publicitários Alexandre Oltramari e Eduardo Fischer deixam a equipe e que Duda Lima foi convidado para assumir o comando da área de comunicação. Oltramari e Fischer haviam assumido a área há dois meses, no lugar de Marcello Lopes, o "Marcelão".

Marinho agradeceu o trabalho de Oltramari e Fischer, afirmando que as contribuições de ambos foram "importantíssimas e valiosas" em uma etapa estratégica da pré-campanha. O coordenador também desejou que os dois continuem "colaborando para o aperfeiçoamento da democracia, com toda a sua competência e profissionalismo", ao mesmo tempo em que confirmou a chegada de Duda Lima para liderar a comunicação da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro.

A troca ocorre pouco mais de dois meses depois de Oltra-

mari e Fischer assumirem funções estratégicas na campanha. Os dois haviam sido anunciados em maio, após a saída de Marcello Lopes, o "Marcelão", criticado internamente pela condução da crise provocada pela divulgação de um áudio em que Flávio cobrava do empresário Daniel Vorcaro recursos destinados à produção de um filme sobre Jair Bolsonaro.

Na estrutura montada à época, Fischer passou a atuar como consultor estratégico da comunicação, responsável pela definição de diretrizes e do posicionamento da campanha. Oltramari, por sua vez, assumiu a coordenação das áreas de comunicação e marketing.

A nota não informou os motivos da mudança nem detalhou como ficará a divisão das funções sob o novo comando. Convidado para assumir a área, Duda Lima foi o principal marqueteiro da campanha de Jair Bolsonaro à Presidência em 2022 e comandou, dois anos depois, a comunicação da candidatura que reelegeu Ricardo Nunes (MDB) à Prefeitura de São Paulo. Agora, o publicitário retorna à linha de frente de uma campanha eleitoral .

PREJUÍZO DE R\$ 49 MI

TCU acha irregularidades em 82% das emendas Pix

FABRÍCIA BRAGA/AE

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) revelou um amplo conjunto de irregularidades na execução de recursos provenientes das chamadas emendas Pix. O levantamento, que analisou uma amostra de 100 transferências especiais realizadas entre 2020 e 2024, apontou problemas em 82% dos repasses fiscalizados e em 82,4% dos entes beneficiados, resultando em um prejuízo estimado de R\$ 49.074.851,75 aos cofres públicos.

O valor corresponde a cerca de 25% dos R\$ 198,11 milhões examinados pela Corte de Contas. As transferências auditadas contemplaram 73 municípios e os Estados do Pará e de São Paulo.

A fiscalização foi realizada por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, relator das ações que discutem a constitucionalidade e a transparência das emendas parlamentares. O relatório do TCU será encaminhado ao magistrado para subsidiar as análises em andamento na Corte.

Na quarta-feira passada, Dino também determinou que a Presidência da República e as mesas diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal apresentem, no prazo de dez dias, uma proposta de matriz de responsabilidades para definir as atribuições de cada órgão no controle e fiscalização das emendas parlamentares. A decisão foi tomada no âmbito das ações que questionam o atual modelo das emendas impositivas, cuja execução é obrigatória pelo governo federal.

IRREGULARIDADES

Entre os problemas mais re-



LULA MARQUES/ABRASIL

correntes identificados pelo TCU estão falhas na transparência e na rastreabilidade dos recursos. Segundo os auditores, em diversos casos os valores foram movimentados em contas bancárias que não eram exclusivas para as transferências especiais, além da ausência de envio de relatórios parciais e finais de execução ao sistema Transferegov br. Somente essas falhas representam um prejuízo estimado em R\$ 26,36 milhões.

A auditoria também encontrou pagamentos realizados sem documentação jurídica ou fiscal considerada idônea, despesas incompatíveis com a finalidade da transferência especial e desembolsos sem comprovação da execução dos serviços ou da quantidade de bens contratados. Nessas situações, o dano estimado chega a R\$ 14,96 milhões.

Outro grupo de irregularida-

des envolve a execução de obras e serviços. Os técnicos identificaram casos de empreendimentos parcialmente ou totalmente não executados, além de indícios de superfaturamento de preços, com prejuízo calculado em R\$ 14,1 milhões.

Também foram constatadas fraudes em processos licitatórios e contratações de empresas declaradas inidôneas. Nesses casos, entretanto, o TCU informou que não foi possível mensurar o impacto financeiro.

De acordo com o tribunal, as irregularidades levaram à instauração de processos de tomada de contas especial, mecanismo utilizado para identificar os responsáveis pelos danos e buscar o ressarcimento dos recursos públicos.

FRAGILIDADES

Além das falhas na aplicação dos recursos, o TCU identificou vulnerabilidades no módulo de

transferências especiais do Transferegov.br, plataforma utilizada para acompanhar a execução das emendas.

Entre os problemas apontados estão a aceitação de informações genéricas nos planos de trabalho, a possibilidade de alterações sem restrições em objetos, metas e valores após o registro inicial e inconsistências na exibição dos saldos bancários, o que, segundo os auditores, pode induzir gestores e usuários ao erro.

Como medida corretiva, o plenário do TCU determinou que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) promova, no prazo de até 120 dias, ajustes no sistema para impedir alterações posteriores nos planos de trabalho referentes às transferências especiais realizadas entre 2020 e 2024, reforçando os mecanismos de controle e rastreabilidade dos recursos.

TEREZA CRISTINA

Senadora confirma reunião com Flávio, mas nega decisão sobre vice

NAOMI MATSUI/AE

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) afirmou ontem, não haver "nada decidido" sobre ser vice da chapa presidencial de Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ela confirmou, porém, que o assun-

to foi tratado com o senador.

"A senadora Tereza Cristina (PP-MS) reuniu-se ontem com o candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro. No encontro, produtivo, falou-se, pela primeira vez, sobre a vice-presidência, mas nada foi deci-

dido", escreveu a senadora em nota.

Ela destacou que a escolha ainda precisa passar por uma avaliação pessoal e pelo aval de seu partido, o PP. "Até porque qualquer composição de chapa depende de avaliações políticas

e pessoais, além de consultas e acertos partidários", disse.

Segundo apurou o Broadcast Político, Tereza teria sinalizado a disposição de compor chapa com Flávio, mas reforçou que a decisão precisará passar pela autorização do PP.

DEEP FAKE

PT recorre ao TSE contra Flávio por conteúdos de IA difamatórios a Lula

GABRIEL SERPA/AE

A Federação Brasil de Esperança, que tem o Partido dos Trabalhadores (PT) como principal legenda, acionou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o senador Flávio Bolsonaro e os deputados federais Mário Frias e Gustavo Gayer - todos do Partido Liberal (PL).

A sigla do presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou à Corte uma representação solicitando a retirada de conteúdos sintéticos (gerados por inteligência artificial) ofensivos a Lula, ao PT e demais aliados políticos. O PCdoB e o PV também compõem a federação junto aos petistas. O pedido foi protocolado nesta quinta-feira, 30.

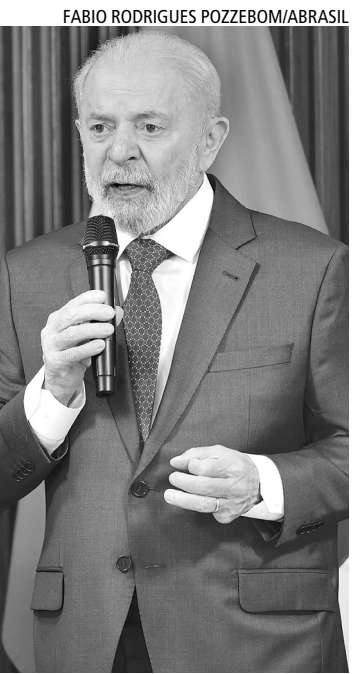
Foram apontadas 90 publicações a serem removidas, a partir de 31 perfis do Instagram, principal rede social controlada pela Meta no Brasil, com cerca de 135 milhões de usuários, de acordo

com os dados da empresa.

Entre os argumentos das legendas de esquerda para a remoção dos materiais está a Resolução 23.610 de 2019, do TSE, que proíbe o uso de "deepfakes" - técnica que reproduz com precisão e de forma artificial rostos e vozes - em campanhas eleitorais. A norma também veda a monetização de propaganda política eleitoral na internet.

O documento tem 218 páginas e cita uma "rede de perfis do Instagram que atua em regime de colaboração e coordenação para produzir e disseminar conteúdo gerado por inteligência artificial". Também afirma que as mensagens ganham escala de pelo uso de "collabs" - recurso da plataforma digital que permite aos usuários publicarem um vídeo ou imagem em conjunto para ampliar o alcance da postagem.

Um dos vídeos listados mostra Lula em frente à Casa Bran-



FABIO RODRIGUES POZZEBOMI/ABRASIL

ca, nos Estados Unidos, com uma blusa que diz "Trump, deixe nossos bandidos em paz", em alusão ao encontro entre os dois

Chefes de Estados em maio deste ano. A classificação de organizações criminosas brasileiras como terroristas era um dos temas candentes à época, mas ficou de fora da conversa.

Com 3,7 milhões de seguidores, o perfil de Flávio Bolsonaro é o maior entre os representados na ação, seguido por Gustavo Gayer (3,1 milhões) e Mário Frias (2,4 milhões), ex-ministro do governo de ex-ministro de Jair Bolsonaro.

Para os autores, criadas de maneira artificial, as peças se valem de deformações e situações vexaminosas para associar o presidente e a legenda a crimes e condutas degradantes.

A representação ainda ilustra as alegações feitas com um jingle criado por IA e reproduzido por mais de 12 mil publicações na principal rede da Meta. "É cara de pau esse malandro barbudo não vale um real... O pai dos pobres vai roubando o povo."

JOGATINA

Lei destina parte do dinheiro de bets para fundo da PF

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

Lei sancionada ontem destina parte da arrecadação de apostas de quota fixa, popularmente conhecidas como bets, ao Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol).

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 8 de 2026 tem origem na Medida Provisória (MP) nº 1.348 de 2026, aprovada pelo Senado no último dia 8. O texto sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva destina 3% dos recursos obtidos pelo governo com bets para o fundo.

Os valores, que antes eram direcionados à seguridade social, passarão a cobrir gastos

com saúde dos servidores da Polícia Federal (PF).

A destinação dos recursos das apostas será feita de forma gradual: 1% em 2026; 2% em 2027; e 3% a partir de 2028. A norma autoriza ainda um repasse de até R\$ 200 milhões feito pelo governo federal ao Funapol ainda em 2026, utilizando recursos livres do Tesouro Nacional.

Durante a cerimônia de sanção, no Palácio do Planalto, o relator da MP, deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA), avaliou que a iniciativa será de “grande alcance” para a segurança pública do país. “Sem dúvida nenhuma, um dos grandes problemas da sociedade no Brasil hoje é a segurança pública e o

combate ao crime organizado.”

O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, destacou que a medida alcança cerca de 30 mil famílias de servidores da corporação. “Investir naqueles que enfrentam diariamente desafios complexos, muitas vezes em situação de elevado risco e grande desgaste físico e emocional, é investir em um país mais justo e próspero.”

ENTENDA

O Funapol foi criado pela Lei Complementar 89 de 1997, para financiar as atividades da PF, e permitia, originalmente, que um máximo de 30% fossem destinados a despesas com diárias. A Lei 14.369 de 2022 ampliou para 50% esse limite e incluiu

outros tipos de despesas não diretamente relacionadas à atividade-fim, como parcelas de caráter indenizatório, com saúde desses servidores e com indenização por disponibilidade.

Com a nova lei, não há mais limite para as despesas desse tipo e são incluídas novas despesas adicionais: ressarcimento de gastos com saúde e retribuição por atividade extraordinária.

O texto permite ainda que o Ministério da Justiça e Segurança Pública estenda o custeio de gastos com saúde aos servidores da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Penal Federal. Já a retribuição por atividade extraordinária poderá ser criada para esses outros policiais por meio de lei.

AEROPORTO DE BRASÍLIA

Justiça mantém pena de homem que tentou explodir bomba

GUILHERME MATOS/AE

A Justiça do Distrito Federal manteve a condenação de Wellington Macedo de Souza a seis anos de reclusão, em regime inicial fechado, por explosão majorada. Ele integrava grupo de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que tentou explodir uma bomba para provocar caos e viabilizar uma intervenção militar contra a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), segundo as investigações.

A decisão foi tomada, por unanimidade, pela 3ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e tratava de recurso apresentado pela defesa do condenado.

Wellington ajudou a plantar um explosivo no eixo traseiro de caminhão-tanque, carregado com 63 mil litros de querosene de aviação. A ação ocorreu na madrugada de 24 de dezembro de 2022 em veículo estacionado nas imediações do Aeroporto Internacional de Brasília.

O plano teve início em novembro de 2022. George Washington de Oliveira Sousa viajou de Xinguará, no Pará, até Brasília, em uma caminhonete carregada com armas de fogo, munições e explosivos. A jornada foi para que ele participasse dos protestos contra a eleição de Lula, montados em frente ao Quartel General do Exército.

Foi no acampamento que George conheceu Alan Diego dos Santos Rodrigues e Wellington Macedo de Souza. Os três decidiram se unir para cometer crimes que provocassem intervenção militar e decretação de estado de sítio. Dessa forma, Lula não subiria a rampa do Palácio do Planalto.

Em 23 de dezembro, um dia antes do ataque, o grupo elaborou o plano para usar o artefato explosivo. Nesse mesmo dia, George recebeu de um contato feito no acampamento um controle remoto e quatro acionadores, que uniu às dinamites trazidas do Pará para montar a bomba.

Coube a Wellington o transporte do artefato até o alvo escolhido. Segundo a denúncia, ele circulou de carro pela região do aeroporto durante a madrugada, ao lado de Alan, em busca do melhor lo-

cal e momento para agir.

Por volta das 3h15, o carro passou lentamente ao lado do caminhão-tanque e parou por instantes. Neste momento, Alan colocou a caixa com o artefato sobre o para-lama traseiro do veículo.

A bomba não chegou a detonar porque o motorista do caminhão percebeu a presença do artefato e o retirou de perto do veículo, antes de acionar a polícia.

Na apelação, a defesa de Wellington alegou desconhecimento sobre o conteúdo da caixa transportada no carro e defendeu ausência de dolo. Segundo essa versão, ele apenas deu carona a Alan Diego.

A defesa também sustentou a tese de crime impossível, sob o argumento de que o artefato não tinha capacidade real de detonação. Contestou ainda a aplicação da causa de aumento de pena prevista para explosão em depósito de combustível, alegando que um caminhão-tanque é veículo de transporte e não um depósito

Também pediu o reconhecimento de participação de menor importância no crime e a redução da pena-base ao mínimo legal, com alteração do regime de cumprimento para o aberto.

O colegiado rejeitou todos os argumentos da defesa.

Sobre a alegação de desconhecimento do conteúdo transportado, os desembargadores consideraram a versão de Wellington inverossímil. Imagens de câmeras de segurança mostraram que o carro passou diversas vezes pelo caminhão-tanque antes da ação, indicando que o grupo buscava o melhor local e momento para agir.

A Justiça também afastou a tese de crime impossível. A perícia concluiu que a carga explosiva era eficiente para detonar quando acionada e que a falha decorreu de erro accidental na montagem do dispositivo. Quanto à dosimetria da pena, os desembargadores entenderam que o conceito de depósito de combustível abrange caminhões-tanque.

O colegiado rejeitou o pedido de participação de menor importância. Para o tribunal, a conduta de Wellington foi essencial à execução do crime, o que afasta a hipótese de contribuição secundária.

CRISE DIPLOMÁTICA

Governo paraguaio convoca embaixador do Brasil

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Rubén Ramírez Lezcano, informou, ontem, que convocou o embaixador do Brasil no país, José Antonio Marcondes, para uma conversa nesta sexta-feira. O motivo são as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a Guerra do Paraguai, em um evento na semana passada.

No Paraguai, o conflito é conhecido como Guerra da Tríplice Aliança, por ter colocado Brasil, Argentina e Uruguai de um lado, e Paraguai de outro.

Em nota, o ministério afirmou que, além da convocação de Marcondes, os ministros das Relações Exteriores do Paraguai e do Brasil, Mauro Vieira, conversaram sobre o assunto quando estiveram em Lima, no Peru.

O governo paraguaio também informou que o presidente Santiago Peña e Lula con-

versaram por telefone sobre o mesmo tema, considerado como “delicado”.

Declaração A fala de Lula ocorreu em Jacaréí, São Paulo, durante um evento da empresa Avibras Aeroco. Para ilustrar a importância de investimento em defesa, lembrou da Guerra do Paraguai, ocorrida entre 1864 e 1870.

“A gente tem fronteira com todos os países da América do Sul, menos Chile e Equador. A gente tem a África na nossa frente e tem uns loucos no mundo querendo fazer guerra. E a gente não pode esquecer que, embora a gente só goste de paz, seja de paz, um belo dia o Paraguai resolveu invadir o Brasil. E invadiu Uruguai e Argentina. E aquela guerra que não parecia nada durou cinco anos”, declarou o presidente no evento.

A Guerra do Paraguai é descrita pelo governo do país vizinho como “um episódio sensível da história nacional”.

ELEIÇÕES

EUA vão tentar interferir aqui para ajudar Flávio a ganhar, diz Lula

GABRIEL MÁXIMO E LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem, que o governo dos Estados Unidos, liderado por Donald Trump, tentará interferir nas eleições brasileiras para favorecer o senador Flávio Bolsonaro (PL). “Eles vão tentar interferir aqui, tentando ajudar o lado de lá a ganhar as eleições”, declarou Lula em entrevista ao Pod-

cast Inteligência Ltda.

Apesar da avaliação, o petista afirmou que este cenário não o preocupa e voltou a criticar o que classifica como “mentiras” contra o Brasil: “Eles querem que a América Latina volte a ser quintal dos Estados Unidos. E o que eu estou dizendo claramente: ninguém vai ganhar do Brasil mentindo. Nós vamos ganhar na narrativa. Cada mentira que contarem a respeito do Brasil, nós vamos desmascarar”.

Lula rebateu ainda a tentativa de questionar as urnas eletrônicas: “Se a urna eletrônica permitir fajutagem, esse ser humano não seria presidente da República. Porque jamais a elite política brasileira ia deixar um metalúrgico ganhar as eleições”.

POLÍTICA PODRE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem, que a política está “apodrecendo” e comparou o atual cenário com o

de seus primeiros anos de vida pública.

“A política vem apodrecendo ano a ano. A quantidade de mentiras, a utilização da internet como fábrica de mentir, de contar inverdades e criar imagem negativa das pessoas, é muito grande”, disse o petista em entrevista ao Podcast Inteligência Ltda. Lula afirmou ainda que os debates presidenciais eram “mais sérios” que atualmente.

ASSÉDIO SEXUAL

STJ rejeita pedido de adiamento e mantém julgamento de Buzzi

FABRÍCIA BRAGA/AE

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu manter para a próxima quinta-feira, o julgamento do processo administrativo disciplinar instaurado contra o ministro afastado Marco Buzzi. A comissão responsável pelo caso rejeitou o pedido da defesa para adiar a análise, entendendo que não houve justificativa suficiente para alterar o calendário previamente estabelecido.

A decisão foi tomada pelo colegiado encarregado da condução do processo, presidido pelo ministro Luís Felipe Salomão, e recebeu o aval do presidente da Corte, ministro Herman Benjamin.

Em nota, a defesa do minis-

tro Marco Buzzi afirmou que o pedido de adiamento era para ampliar o estudo do caso. “Confirmamos que foi indeferido o pedido de adiamento - por apenas uma semana - da sessão de julgamento já marcada para o dia 6 de agosto, sendo que o pleito tinha por finalidade ampliar o estudo do caso e viabilizar a entrega de memoriais”, escreveram os advogados Maria Fernanda Saad Ávila, Paulo Emílio Catta Preta e Maíra Costa Fernandes.

No entendimento da comissão, os argumentos apresentados pelos advogados não configuram motivo para suspender ou remarcar a sessão. Os ministros ressaltaram que o julgamento foi agendado com antecedência e que não existe previ-

são regimental para que cada integrante do colegiado receba, de forma presencial e individual, manifestações da defesa antes da apreciação do caso.

O colegiado também destacou que a equipe jurídica de Buzzi, formada por sete advogados, dispõe de alternativas para apresentar seus argumentos, como a realização de reuniões por videoconferência e o encaminhamento antecipado das sustentações e memoriais aos ministros.

Marco Buzzi está afastado das funções desde 10 de fevereiro e permanece proibido de acessar as dependências do STJ enquanto responde ao processo disciplinar.

O ministro é investigado por supostos episódios de im-

portunação sexual e assédio sexual. As acusações partiram de duas mulheres. Uma das denúncias foi apresentada por uma jovem de 18 anos que afirma ter sido vítima durante um período em que esteve hospedada na residência do magistrado, em Santa Catarina, durante as férias de janeiro. A outra envolve uma ex-servidora do gabinete do ministro, que relata fatos ocorridos em 2023.

Além do procedimento administrativo em andamento no STJ, Marco Buzzi também é alvo de um processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e responde a um inquérito criminal no Supremo Tribunal Federal (STF), sob a relatoria do ministro Kassio Nunes Marques.

RECURSO

Tarifas dos EUA são inconsistentes com regras da OMC, diz Brasil

MARCELO BRANDÃO/ABRASIL

O governo brasileiro argumentou à Organização Mundial de Comércio (OMC) que as tarifas aplicadas pelos Estados Unidos são “inconsistentes” com as regras definidas pela entidade. O documento foi enviado à OMC pelo governo brasileiro na última segunda-feira, mas foi divulgado apenas ontem.

“As medidas em questão (tomadas pelos EUA) parecem ser inconsistentes com as obrigações dos EUA sob o Acordo Geral de Tarifas e Comércio 1994”, afirmou

o Brasil. O Acordo Geral de Tarifas e Comércio traz a base normativa para aplicação de tarifas por parte dos membros da OMC.

O Brasil também afirma que é preterido pelo EUA na relação comercial, comparado a outros países da Organização Mundial do Comércio.

“Ao impor tarifas a produtos originados no Brasil com base na Seção 301, enquanto não impôs tais tarifas a outros membros da OMC, os EUA falharam em conceder aos produtos originados no Brasil vantagens, favores, privilégios ou imunidades concedidos a

outros países da OMC”.

O governo brasileiro apresentou seus argumentos como um pedido de consultas aos Estados Unidos no sistema de solução de controvérsias da OMC. O documento expõe o cenário, inclusive com as alegações dos EUA de serem tratados de forma discriminatória pelo Brasil. O pedido de consultas representa a primeira etapa formal do sistema de solução de controvérsias da OMC. Nessa fase, os países buscam negociar uma solução para o conflito antes da eventual instalação de um painel para analisar o caso.

De acordo com o Itamaraty, a iniciativa busca contestar a compatibilidade das medidas tarifárias norte-americanas com as normas multilaterais de comércio.

Uma das medidas questionadas na OMC decorre de uma investigação específica sobre o Brasil com a imposição da tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros. No processo, os Estados Unidos examinaram temas como comércio digital e serviços de pagamentos eletrônicos, tarifas preferenciais, aplicação da legislação anticorrupção, proteção da propriedade intelectual.

